

GOVERNO

Lula banca Nísia na Saúde

Pressão contra a ministra volta a crescer devido ao avanço da dengue e de desperdícios e supostas fraudes em hospitais federais do Rio

» MAYARA SOUTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou, ontem, um recado claro ao PT e ao Centrão, que vêm forçando a saída de Nísia Trindade do Ministério da Saúde: ela fica. Nos últimos dias cresceram as movimentações para que ela seja removida da pasta e os partidos têm usado como argumentos o avanço da dengue em todo o país e os desperdícios e as supostas fraudes e nas compras dos hospitais federais do Rio de Janeiro.

Lula e Nísia tiveram uma reunião, de quase três horas, no Palácio do Planalto, em que trataram das pressões políticas e dos problemas que as ensejam. O presidente chamou a atenção da ministra e cobrou dela que “apareça” e tenha maior relacionamento com os estados e a imprensa — segundo fontes presentes ao encontro.

A ministra chegou ao Planalto por volta das 17h, acompanhada do secretário-executivo da pasta, Swedenberger Barbosa, e outros auxiliares. O grupo teria aproveitado a reunião também para apresentar a Lula um balanço das ações do ano passado e daquilo que está previsto para 2024.

As pressões para a substituição de Nísia não são recentes. Antes mesmo de assumir a Presidência, em 2022, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), levou a Lula o recado do Centrão de que o Ministério da Saúde interessava ao grupo. Nas reformas

Ricardo Stuckert/PR



Permanência de Nísia (de calça vermelha e blusa branca à direita de Lula) incomoda políticos, interessados no gordo orçamento do ministério

que foram feitas, no ano passado, no primeiro escalão, novamente se intensificaram as movimentações para substituir a ministra — da qual os petistas, inclusive, participaram.

Nome técnico

O que incomoda os partidos é que Nísia é uma técnica — sua atuação à frente da Fundação

Oswaldo Cruz, durante a pandemia de covid-19, já tinha causado desconforto no governo Bolsonaro. Além do mais, ela maneja o maior orçamento da Esplanada dos Ministérios, algo que, em ano eleitoral, é razão de cobiça dos políticos que pretendem irrigar suas regiões de influência para obter um bom desempenho nas urnas.

Nísia, aliás, esteve ao lado de Lula, ontem à noite, na

cerimônia de entrega do 1º Prêmio Mulheres da Água. Ela negou que tivesse chorado diante do presidente, por conta da pressão que vem sofrendo para que deixe o cargo, e assegurou que “foi uma boa reunião”. E adiantou que está cuidando pessoalmente das questões relacionadas aos hospitais federais no Rio de Janeiro.

“Vai ser um processo. A situação dos hospitais é bastante

difícil, mas nós já estamos conversando”, observou. Segundo fontes, há a possibilidade de decretar calamidade nos hospitais federais para que o Ministério da Saúde intervenha diretamente — e não parcialmente, como é o caso atual. Hoje, o governador fluminense Cláudio Castro se reunirá com Lula, no Planalto, e tal hipótese pode ser levada adiante. Até agora, por conta dos



Vai ser um processo. A situação dos hospitais (federais fluminenses) é bastante difícil, mas nós já estamos conversando”

Ministra Nísia Trindade, da Saúde, que interveio em setores neurálgicos das unidades de saúde após reportagem exibida no domingo

desperdícios e fraudes nas compras das unidades hospitalares, Nísia exonerou Helvécio Magalhães Júnior da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde — Nilton Pereira assumiu interinamente e acumula a diretoria do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. A ministra também tirou Alexandre Telles do comando do Departamento de Gestão Hospitalar — substituído temporariamente pela ex-deputada federal Cida Diogo, superintendente do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.

As trocas ocorreram depois de denúncias trazidas por reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo, exibida no domingo passado, sobre a situação precária nas unidades hospitalares federais no Rio de Janeiro.

DITADURA MILITAR

Indígenas terão, enfim, reparação

» ALINE GOUVEIA
» EVANDRO ÉBOLI

Num momento de lembrança dos 60 anos da ditadura, pela primeira vez o Estado reconhecerá sua culpa na perseguição, tortura e morte de indígenas atingidos pela violência dos agentes da ditadura militar (1964-1985). O pedido de perdão inédito ocorrerá na Comissão da Anistia, em 2 de abril. Pela primeira vez, será concedida anistia de forma coletiva a um agrupamento específico, previsão que só agora foi inserida no regimento do colegiado. Antes, os julgamentos eram individuais.

Esse julgamento abrange os povos krenak, de Minas Gerais, e guarani-kaiowá, de Mato Grosso do Sul. A Comissão Nacional da Verdade levantou que cerca de 8 mil indígenas foram mortos e perseguidos pelo regime. É um número superior aos de 434 de mortos e desaparecidos urbanos, ligados a grupos de opositores do regime militar. O caso das duas etnias ainda será analisado pelos conselheiros da

Comissão de Anistia, mas a aprovação é dada como certa.

“Essas reparações coletivas dos indígenas representam que, pela primeira vez, em mais de 500 anos, o Brasil vai reconhecer que perseguiu os povos indígenas e vai pedir desculpas por isso”, disse ao *Correio* a presidente da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida.

Vereador do município de Resplendor (MG), Geovani Krenak (PSD) teve o avô e o pai torturados por militares. “Meu avô foi preso, torturado, exilado e morreu no exílio. Meu pai foi amarrado no rabo de um cavalo e foi arrastado até um dos quartéis. Ainda hoje sofremos muito com problemas psicológicos dentro da aldeia. Nosso povo foi proibido de falar o idioma nativo. Se fosse falado, os parentes eram presos”, relata Krenak.

Ao longo da ditadura, os indígenas sofreram torturas e inúmeras tentativas de desumanização, como prisões arbitrárias, trabalho análogo ao escravo e proibição de falar a língua materna. Em Minas, em 1969, foi instalado o

Redes sociais/Reprodução



Krekak na posse como vereador de Resplendor: reconhecimento às violências sofridas pelos povos originários

reformatório Krenak em Resplendor — onde indígenas de 23 etnias foram presos.

A advogada indígena Maíra Pankararu é integrante da Comissão de Anistia e representa as etnias. Para ela, esse julgamento joga luz nas atrocidades cometidas pelos torturadores também contra esses povos. “As provas são abundantes e bastante claras. E já houve uma sentença judicial a favor dos krenak, em 2021. Mas a

aprovação da anistia e o pedido de desculpas vai abrir novo horizonte. Além do status de anistiados, esses povos poderão recorrer ao Judiciário e reivindicar a justa demarcação”, disse Maíra.

Remoção

Os guarani também foram alvo de remoção forçada articulada pelos militares. Tiveram de deixar suas terras, que não foram demarcadas

até hoje. As duas ações — dos krenak e dos guarani — na comissão são de autoria de procuradores estaduais, que acompanham com proximidade essas causas.

As violências sofridas pelos povos originários vieram à tona por meio de um relatório, redigido em 1967, pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia, do extinto Ministério do Interior. O documento, de mais de 7 mil páginas, desapareceu por quatro décadas

e só foi encontrado em 2013, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

As denúncias presentes no relatório foram fruto de uma expedição que percorreu mais de 16.000km, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, em 1967. Entre as formas de tortura, o procurador relatou “caçadas humanas” promovidas com metralhadoras e dinamites — que eram atiradas de aviões, “inoculações propositais de varíola” em povoados isolados e doações de açúcar misturado ao veneno estricnina.

O Ministério Público Federal (MPF) pontua que, em 1972, os krenak foram retirados à força de suas terras e levados para a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), a 343 km de distância. O objetivo do deslocamento forçado era liberar o território tradicional para fazendeiros que perderam uma ação de reintegração de posse. Esse episódio é referido pelos indígenas como de profundo sofrimento, por causa da distância do rio Doce, chamado de Watu pelo krenak e considerado sagrado.

Para Geovani Krenak, o julgamento na Comissão de Anistia é muito aguardado. “É um momento de reconhecer todas as atrocidades contra os povos originários. A ditadura tirou o território do nosso povo, fomos exilados. Vemos esse julgamento com muita esperança”, explicou.



ALEXANDRE GARCIA

QUANDO HÁ FREIOS E CONTRAPESOS, COMO PENSOU MONTESQUIEU, HÁ EQUILÍBRIO. QUANDO NÃO HÁ, EXISTE A IMPOSIÇÃO DE VONTADE, DE ARBITRÁRIO, E NÃO DA LEI E DO INTERESSE MÉDIO COMUM OU DA MAIORIA

Sem freios e contrapesos

Quando se fala sobre o funcionamento da democracia, começa-se com o sistema de freios e contrapesos, em que os Três Poderes do Estado mutuamente se controlam. O Conselho Nacional do Ministério Público dá exemplos disso: “O Legislativo julga o Presidente da República e os ministros do Supremo; o Presidente da República tem poder de veto a projetos aprovados no Congresso; o Judiciário tem poder de anular

atos inconstitucionais ou ilegais dos demais poderes”.

É bom lembrar que, pela Constituição, compete ao Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados”. Ao Poder Legislativo cabe, expressamente, fiscalizar e controlar os atos do Executivo e zelar pela preservação de sua própria competência, como manda a Constituição.

Não custa lembrar que, ao garantir a liberdade de informação sem censura, a Constituição pressupõe que, entre os freios e contrapesos, há controle da mídia sobre os órgãos do Estado. “Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”. Isso quer dizer que também a mídia integra o sistema de freios e contrapesos.

Ainda mais importante nesse controle são as garantias da cláusula pétreia da Constituição: a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato; o direito de resposta; o acesso à informação; a liberdade de reunião pacífica. Esse amplo conjunto de forças é como uma convergente assembleia nacional em que poderes e interesses se digladiam, debatem, se somam, se misturam e convivem, resultando no que chamamos de democracia.

Quando há freios e contrapesos, como pensou Montesquieu, há equilíbrio. Quando

não há, existe a imposição de vontade, de arbítrio, e não da lei e do interesse médio comum ou da maioria. Aí, não é democracia. Sobretudo quando a vontade de poucos se sobrepõe à Constituição e ferre direitos básicos — aí é sinal de que o sistema já se desequilibrou, sem freios e sem contrapesos.

Quando a voz das ruas se perde na indiferença dos palácios; quando a voz da mídia se cala e não reflete as opiniões nacionais; quando a voz dos legisladores se acovarda e o Congresso deixa de ser caixa de

ressonância da nação; quando há vozes monocráticas — então é preciso pensar o que se quer para a atual e futuras gerações de brasileiros, vitimadas pelo esquecimento da importância vital da Constituição. Ou que, alienados ou ingênuos, não sabem que o Estado existe para servir à Nação, e não para tolher-lhe as liberdades e garantias de direito e justiça.

Todos somos responsáveis mas, acima de tudo, devem responder perante a Nação aqueles que, por dever de ofício, juraram manter, cumprir e defender a Constituição.